



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 07 de julho de 2020.

Edição n. 2877

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos..... 2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal..... 3

Súmulas de Contratos..... 3

Avisos de Licitações..... 3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins..... 3



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 49/2020-PGJ

Dispõe sobre a migração dos procedimentos extrajudiciais físicos do Sistema Gerenciador de Promotorias - SGP para procedimentos extrajudiciais eletrônicos no Sistema de Informação do Ministério Público - SIM, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO o Provimento n. 63/2016-PGJ, que instituiu o procedimento eletrônico;

CONSIDERANDO o Provimento n. 71/2017-PGJ, que disciplina a Notícia de Fato, o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório e o Procedimento Administrativo, incluindo a regulação do Compromisso de Ajustamento de Conduta e da Recomendação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a Resolução n. 03/2004 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que regulamenta o art. 26 da Lei n. 8.625/93 disciplinando a instauração e a tramitação do Procedimento Investigatório Criminal;

CONSIDERANDO o preceituado pelo PROPAD quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos processos administrativos e os princípios de sustentabilidade,

RESOLVE, nos termos do PR.02434.00032/2020-1, editar o seguinte **PROVIMENTO**:

Art. 1.º Os Inquéritos Cíveis, os Procedimentos Administrativos e os Procedimentos Investigatórios Criminais que tramitam no Sistema Gerenciador de Promotorias - SGP deverão ser migrados para o Sistema de Informação do Ministério Público - SIM, mediante despacho fundamentado do Membro responsável, com os motivos do prosseguimento do procedimento e a determinação de novas diligências e/ou indicação daquelas que devem ser mantidas.

Art. 2.º Os Procedimentos Preparatórios ou os Inquéritos Cíveis com Termos de Ajustamento de Conduta em andamento, firmados antes de 1.º de julho de 2018, poderão ser arquivados junto ao Conselho Superior do Ministério Público, determinando-se, por meio de despacho, a instauração de PA TAC no sistema SIM para fiscalização do compromisso ajustado, com especificação dos documentos do procedimento de origem que devem ser digitalizados, fins de tramitação exclusivamente eletrônica.

Art. 3.º É vedada a migração de procedimento que possui elementos suficientes para sua conclusão, estando na iminência a ser arquivado ou ajuizado.

Art. 4.º A migração deverá ser realizada até 20 de dezembro de 2020 e ser executada de acordo com o procedimento

operacional padrão disponibilizado na página do PROPAD na *intranet*.

Parágrafo único. O prazo acima previsto poderá ser prorrogado, a pedido do interessado, de forma justificada, pela Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão Estratégica.

Art. 5.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de julho de 2020.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PROVIMENTO N. 50/2020-PGJ

Altera o Provimento n. 71/2017-PGJ, que disciplina a Notícia de Fato, o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório e o Procedimento Administrativo, incluindo a regulação do Compromisso de Ajustamento de Conduta e da Recomendação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4.º, § 5.º, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982,

CONSIDERANDO a necessidade de alterar o Provimento n. 71/2017-PGJ, em razão da possibilidade de migração de procedimentos físicos para eletrônicos, em consonância com o Provimento n. 49/2020-PGJ,

RESOLVE, nos termos do PR.02434.00032/2020-1, editar o seguinte **PROVIMENTO**:

Art. 1.º Acrescenta § 11. ao artigo 43 do Provimento n. 71/2017-PGJ, com a seguinte redação:

“Art. 43 [...]

[...]”

“§ 11. O disposto no *caput* poderá ser aplicado aos procedimentos preparatórios e aos inquéritos civis com termo de ajustamento de conduta firmado antes de 1.º de julho de 2018, desde que o procedimento administrativo para fiscalização do compromisso ajustado seja instaurado no Sistema de Informação do Ministério Público - SIM, a fim de tramitar de forma exclusivamente eletrônica.

Art. 2.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de julho de 2020.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2877

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 185/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVERTER

- nos termos do artigo 44 da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, a aposentadoria do servidor EDUARDO CANTORI ANTUNES, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, classe “R”, ID n. 3438040, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, aposentado, por invalidez permanente, em 30 de abril de 2018, através da Portaria n. 1125/2018, registrada no Boletim 130/2018, publicada no DEMP de 30 de abril de 2018, com base no artigo 40, § 1º, inciso I e § 9º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, e artigo 158, inciso I, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar n. 10.098/1994 (PR.00592.00078/2018-0 - Port. 1684/2020).

CONCEDER

- o abono de permanência, nos termos do artigo 8º e 20 da Emenda Constitucional n. 103/2019, no artigo 6º, caput, da Emenda à Constituição Estadual n. 78/2020 e no artigo 3º da Lei Complementar Estadual n. 15.429/19, ao servidor ROBERTO TONETTO, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 3445658, a contar de 28 de maio de 2020, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00353/2020-3 - Port. 1685/2020).

RETIFICAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual, tendo em vista o que consta no processo PR.00576.00324/2020-4, a Portaria n. 1200/2020, que aposentou, a pedido, o servidor efetivo DENIZ CEMBRANEL, Oficial do Ministério Público, classe “O”, ID n. 3428745, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, para constar que a incorporação é de 100% (cem por cento) da Função Gratificada de Supervisor, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), nos termos da Lei n. 9.504/1992, Lei Complementar n. 10.845/1996 e conforme artigo 103 da Lei Complementar n. 10.098/1994, e não como constou (Port. 1686/2020).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCEDIMENTO N. 02405.000.159/2019**

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público para os devidos fins, que **decidiu, em caráter definitivo**, aplicar à NCH BRASIL LTDA. a penalidade de multa compensatória no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), forte no artigo 87, inciso

II, da Lei Federal n. 8.666/93 e na cláusula décima, item 10.2, letra “b” do Contrato de Prestação de Serviços n. 179/2019, mediante conversão da quantia retida, em favor desta Instituição.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 42/2020 (PGEA n. 0019.000.009/2019)

Tipo: Menor preço. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames de investigação de paternidade e vínculo genético - exames de DNA tipo Duo e Trio “In Vivo” e “Post mortem”, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 21/07/2020, às 13h30. **Data e horário de início da disputa de preços:** 21/07/2020, às 15 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2020.

LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL,

Pregoeira

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 15/2020

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00823.000.107/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pedro Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório. OBJETO: Apurar possível irregularidade no recebimento do auxílio emergencial em Pedro Osório e Cerrito. INVESTIGADO(S): Tamires Gomes da Silva, Rosiele Porto Tavares, Thiago Aires Goulart, Ivo Antônio Martins, Cesar Gonçalves. LOCAL DO FATO: Pedro Osório e Cerrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01900.000.350/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2877

JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10. **OBJETO:** Ofício nº 140/2020 da SMTCAS de Cerro Grande do Sul relatando a maneira como foi conduzido o acolhimento do menor Gabriel Ferreira de Lima. **INVESTIGADO(S):** Juliana Laux. **LOCAL DO FATOS:** Cerro Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.001.435/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tramandaí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Mari Oni Santos da Silva. **CLASSIFICAÇÃO:** 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. **OBJETO:** Investigar o vazamento de efluentes não tratados em via pública e área privada. **INVESTIGADO(S):** Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN - Dom Pedrito. **LOCAL DO FATOS:** Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00936.000.216/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Eduardo Augusto Pohlmann. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. **OBJETO:** Acompanhamento e fiscalização da Casa de Passagem Vó Cecília no Município de Arroio do Tigre. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATOS:** Arroio do Tigre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01636.001.793/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre - Proteção. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** André Baptista Caruso Mac-Donald. **CLASSIFICAÇÃO:** 8º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre. **OBJETO:** Acompanhar o atendimento prestado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos Serviços de Atendimento à Família (SAF), no Município de Porto Alegre, durante a pandemia de covid-19.. **INVESTIGADO(S):** Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC. **LOCAL DO FATOS:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01132.000.405/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Márcio Rogério de Oliveira Bressan. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo. **OBJETO:** Averiguar e acompanhar os procedimentos de abertura /disponibilização de novas matrículas, rematrículas, transferências, ou de simples inscrição para vagas junto à Mantenedora, para qualquer nível ou modalidade da educação básica, junto a instituições de ensino da rede pública, estadual e municipal, situadas na área de atuação desta Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santo Ângelo, durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATOS:** Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01138.000.183/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rosângela

Corrêa da Rosa. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. **OBJETO:** Verificação do cumprimento da meta 1, do Plano Nacional de Educação, quanto ao atendimento de creche, para crianças de 0-3 anos, no Município de Jari-RS. **INVESTIGADO(S):** Município de Jari. **LOCAL DO FATOS:** Jari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01175.000.466/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rafaela Hias Moreira Huergo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. **OBJETO:** PA PERMANENTE. **INVESTIGADO(S):** Município de Brochier. **LOCAL DO FATOS:** Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01175.000.464/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rafaela Hias Moreira Huergo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. **OBJETO:** Implementação de programa de Acolhimento Familiar no Município de Salvador do Sul. **INVESTIGADO(S):** Município de Salvador do Sul. **LOCAL DO FATOS:** Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01894.000.398/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Sobradinho. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Amanda Giovanaz. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 9. **OBJETO:** Acompanhar as FICAIS recebidas no ano de 2020 nos municípios integrantes da Comarca de Sobradinho/RS. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATOS:** Sobradinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01902.000.353/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Taquari. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Lucas Oliveira Machado. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. **OBJETO:** Denúncia sobre a realização de uma festa no clube Alvi-Negro, onde adolescentes estariam consumindo bebida alcoólica e drogas. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATOS:** Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01904.000.021/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tenente Portela. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Miguel Germano Podanosche. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. **OBJETO:** Denúncia enviada pela internet. **INVESTIGADO(S):** Município de Miraguaí. **LOCAL DO FATOS:** Miraguaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01138.000.038/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rosângela Corrêa da Rosa. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. **OBJETO:** Expediente encaminhado pela Promotoria de Justiça de Rosário do Sul acerca de problemas de funcionamento da Escola Professora Carolina Argemi Vazques, no município de



Rosário do Sul. INVESTIGADO(S): Carolina Argemi Vazques. LOCAL DO FATO: Escola Professora Carolina Argemi Vazques.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01138.000.099/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Verificação do atendimento aos alunos ante ao rompimento de contratos de monitores e professores do Município de Cachoeira do Sul, desde maio, em prejuízo do atendimento aos alunos com deficiência, nas escolas municipais, e também com monitores da educação infantil. Assegurar que o Município terá profissionais suficientes para a retomada das aulas. INVESTIGADO(S): Município de Cachoeira do Sul. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01704.000.633/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Termo de Audiência com representantes da Escola Estadual Independência. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01139.000.848/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Ibarama. INVESTIGADO(S): Município de Ibarama. LOCAL DO FATO: Ibarama.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01139.000.850/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Gramado Xavier. INVESTIGADO(S): Município de Gramado Xavier. LOCAL DO FATO: Gramado Xavier.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01139.000.847/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o Regimento Escolar das Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), localizadas no Município de Imigrante. INVESTIGADO(S): Município de Imigrante. LOCAL DO FATO: Imigrante.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO

PROCEDIMENTO: 00913.000.390/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miguel Germano Podanosche. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções periódicas da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Tenente Portela, conforme Resolução n.º 204/2019-CNMP e Memo.-Circ n.º 002/2020-CGMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tenente Portela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00913.000.391/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miguel Germano Podanosche. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções periódicas da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Miraguaí, conforme Resolução n.º 204/2019-CNMP e Memo.-Circ n.º 002/2020-CGMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Miraguaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00913.000.392/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miguel Germano Podanosche. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções periódicas da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Vista Gaúcha, conforme Resolução n.º 204/2019-CNMP e Memo.-Circ n.º 002/2020-CGMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Vista Gaúcha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00913.000.393/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miguel Germano Podanosche. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções periódicas da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Barra do Guarita, conforme Resolução n.º 204/2019-CNMP e Memo.-Circ n.º 002/2020-CGMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Barra do Guarita.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00913.000.394/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Miguel Germano Podanosche. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções periódicas da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Derrubadas, conforme Resolução n.º 204/2019-CNMP e Memo.-Circ n.º 002/2020-



CGMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATOS: Derrubadas. ADITAMENTO A PORTARIA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00947.000.127/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. OBJETO: Averiguar a regularidade da equipe técnica do Lar das Crianças; a existência de Política Pública Municipal para o retorno à família de origem e a necessidade da existência da realização de convênios pelo Município de SAM, com outras instituições, a fim de atender a demanda. INVESTIGADO(S): Poder Executivo do Município de Santo Antônio das Missões, Associação Beneficente de Passagem ao Lar da Criança de Santo Antônio das Missões. LOCAL DO FATOS: Santo Antônio das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00771.000.839/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Formolo Hendler. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: acompanhamento da FICAI. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha. LOCAL DO FATOS: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00800.000.236/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: FICAI - Atuação coletiva - Município de Júlio de Castilhos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATOS: Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01139.000.880/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Fiscalização permanente do APPCI, AS, AL e do Certificado de Autorização de Funcionamento (CAF) da Escola de Educação Infantil Paraíso Infantil, localizada em Lajeado. INVESTIGADO(S): Escola de Educação Infantil Paraíso Infantil (Lajeado). LOCAL DO FATOS: Lajeado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de julho de 2020.

DENISE CASANOVA VILLELA,

Coordenadora do CAO da Infância e da Juventude, Educação, Família e Sucessões.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 22/2020

O COORDENADOR DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério

Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00024/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina De Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Obrigatoriedade da aquisição de metodologia/curso de inglês do Yazigi pelos alunos do Colégio Madre Imilda. REPRESENTANTE: Procon de Caxias do Sul. INVESTIGADOS(S): Colégio Madre Imilda e Yazigi Escola de Idiomas. LOCAL DO FATOS: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00025/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina De Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: investigar eventuais ilícitos cíveis e criminais contra a coletividade de consumidores em razão da prática comercial da investigada de induzir postos revendedores de combustíveis em Caxias do Sul, de bandeira Ipiranga, a revenderem gasolina comum por preço abaixo do custo de distribuição ou muito próximo do custo, nos meses de fevereiro de 2018 e outubro de 2019. INVESTIGADO: Distribuidora de Combustíveis Ipiranga. LOCAL DO FATOS: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00901.001.137/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapiranga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michael Schneider Flach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga. OBJETO: Fiscalização de taxistas. INVESTIGADO(S): Município de Sapiranga. LOCAL DO FATOS: Sapiranga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01216.000.121/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar suposta prática abusiva na comercialização de máscaras descartáveis, consistente no aumento indevido e excessivo de preços durante a pandemia COVID-19. INVESTIGADO(S): VOOLMED HOSPITALAR. LOCAL DO FATOS: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.649/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: cancelamento e remarcações de pacote de viagem. INVESTIGADO(S): Decolar.Com Ltda. LOCAL DO FATOS: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.001.233/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rossano Biazus. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto



Alegre. OBJETO: Representação do CEVS - por uso de agrotóxicos além do limite permitido. INVESTIGADO(S): Saúde Integral Comércio de Alimentos EIRELI. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.001.793/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Reclama que os consumidores que não tem smartfone não podem acessar seus dados no cadastro positivo da ANBC. INVESTIGADO(S): ANBC. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.001.665/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Denúncia a venda de linguças sem fiscalização. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00832.003.153/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alcindo Luz Bastos da Silva Filho. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Encaminhamento, pelo MPPB, do Of. Circular 023/2019/GABIN/PGJ/MP-PB, para que sejam adotadas as medidas que se entenderem necessárias à proteção e defesa do consumidor em relação aos medicamentos CIPROFLOXACINO DE METRONIDAZOL, 5 mg/mL, Solução injetável para Infusão Intravenosa, Bolsa Plástica Sistema Fechado, 100 ml e CLORETO SÓDICO A 0,9%, 1000mL, fabricados pela Halex Istar Ind. Farmacêutica Ltda., os quais em 2015, por meio de Resoluções da ANVISA, tiveram suspensas a distribuição, comercialização e uso, bem como também tiveram o recolhimento determinado pela Agência Reguladora. INVESTIGADO(S): Halex Istar Ind. Farmacêutica Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de Julho de 2020.

GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ,

Coordenador do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica. De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 254/2020

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01718.000.382/2019.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arvorezinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha. OBJETO: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal de Arvorezinha, LUIS PAULO FONTANA, pelo Vice-Prefeito Municipal, ROBERTO FACCHINETTO e o empresário JAIME LUIZ COZER, de alcunha "SECO", haja vista indícios da prática de fraude em processo licitatório para a contratação pelo Município de Arvorezinha de serviço de transporte para pacientes em atendimento pelo SUS em outros Municípios do Estado.. INVESTIGADO(S): Luiz Paulo Fontana, Jaime Luiz Cozer, Roberto Fachineto, Transportes RMC LTDA, Flávio Scorsatto. LOCAL DO FATO: Arvorezinha RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00718.000.262/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Investigar a possível ocorrência de superfaturamento da empresa contratada, em 2019, pelo Município de Bagé, para o serviço de limpeza pública. . INVESTIGADO(S): Município de Bagé. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00718.000.263/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Investigar a possível ocorrência de superfaturamento na manutenção de veículos do Município de Bagé, em relação aos anos de 2018 e 2019.. INVESTIGADO(S): Município de Bagé. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00718.000.264/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Investigar a possível irregularidade ou ilegalidade na centralização dos cargos comissionados CC-8 do Município de Bagé no Gabinete do Prefeito, sendo 14 deles com convocação especial, auferindo subsídio superior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais) mensais.. INVESTIGADO(S): Município de Bagé. LOCAL DO FATO: Bagé.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.001.552/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sônia Madalena Silveira Bonilla. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa na contratação (contrato n. 295/2011), pelo município de Canoas da SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO PESTALLOZZI, o que vem causando prejuízo ao erário em decorrência da condenação do município em ações trabalhistas onde foi/é parte juntamente com tal instituição, dada a responsabilidade subsidiária reconhecida pela Justiça do Trabalho; bem como em razão da ciência de irregularidades e débitos fiscais e trabalhistas da instituição no momento em que foram analisados os documentos de qualificação/habilitação econômico-financeira da referida empresa, no correspondente processo administrativo..



INVESTIGADO(S): Jairo Jorge da Silva, PAULO ROBERTO RITTER, MARTA ROMANA VALMORBIDA RUFATO, Eliezer Moreira Pacheco, ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CANOAS. LOCAL DO FATO: Município de Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00754.000.218/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Caroline Mottecy de Oliveira, em substituição. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. OBJETO: Fiscalizar a legalidade das ações administrativas realizadas para o enfrentamento da situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, já reconhecida em âmbito federal e estadual, em razão da pandemia pelo Coronavírus - Covid-19, em especial as contratações diretas efetivadas pelo Município de Cruz Alta. INVESTIGADO(S): Município de Cruz Alta. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01447.000.051/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Hélder Müller Estivalet. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: possível ato de improbidade de servidor público municipal. INVESTIGADO(S): Município de Santo Ângelo. LOCAL DO FATO: Santo Ângelo/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00891.00009/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandra Carniel Antonio. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar eventual inassiduidade de Gabriel Sebastião de Vargas e Victor Dubin Wainberg e a subcontratação irregular de Andreia D'Ávila para a prestação de serviços médicos na UBAM Feitoria, bem com o pagamento em duplicidade da referida profissional pela realização de plantões, no ano de 2017. (Prazo acrescido em 33 dias em função de Ordem de Serviço PGJ 06/2020, que suspendeu o prazo dos procedimentos por este período)(Prazo acrescido em 11 dias em função de Ordem de Serviço PGJ 06/2020, que ampliou a suspensão dos prazos dos procedimentos) INVESTIGADOS(S): Andreia D'Ávila, Gabriel Sebastião de Vargas, Victor Dubin Wainberg e Município de São Leopoldo LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01618.000.174/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanhotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar a atuação do Poder Público Municipal na fiscalização e verificação da regularidade do imóvel situado na Rua Oswaldo Dias, n. 427, Ipiranga, Sapucaia do Sul.. INVESTIGADO(S): Município de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00903.000.003/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanhotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de

Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades na admissão de pessoal na Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul.. INVESTIGADO(S): Jeferson Ferreira, Eduardo de Oliveira, Kelly Cristina Vargas Francisco, Maicon César Gomes Rodrigues, Avelino Mazzuchello, Cláudio Henrique Thomasia, Vladimir Fernandes Pinheiro, Viviane Zefferino da Silva Rubaski, Hector Francisco da Costa. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00909.000.134/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marisaura Inês Raber Fior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Fraudes na realização do leilão n. 001/2009. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Colorado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01862.000.025/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eduardo Augusto Pohlmann. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades no procedimento administrativo de aquisição do terreno em que seriam realizadas as obras da nova sede da Escola Municipal de Ensino Fundamental Euclides Kliemann, bem como no processo licitatório de contratação da empresa de terraplanagem GILMAR LOPES DE SOUZA. INVESTIGADOS: Altenir Rodrigues da Silva, Município de Salto do Jacuí e Gilmar Lopes de Souza. LOCAL DO FATO: Salto do Jacuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01220.000.456/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paula Athaide Athanasio. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Improbidade Administrativa decorrente do provimento de cargos públicos vagos por professores em Regime Suplementar em desacordo com a legislação e desrespeito à Lei de Acesso de Informação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de Julho de 2020.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 249/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.311/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2877

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar o descumprimento de medidas preventivas à propagação do novo Coronavírus. Investigado: Cerealista Oliveira Ltda (Supermercado Oliveira). INVESTIGADO(S): Cerealista Oliveira Ltda. LOCAL DO FATO: Alvorada/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.312/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar o descumprimento de medidas preventivas à propagação do novo Coronavírus. Investigado: Supermercado Asun INVESTIGADO(S): Asun Comercio de Gêneros Alimentícios Ltda (Asun Supermercados). LOCAL DO FATO: Alvorada/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.000.310/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a recalcitrância do nosocômio local em apresentar informações atualizadas sobre leitos da COVID-19. Investigado: Hospital de Alvorada/RS. INVESTIGADO(S): Hospital de Alvorada. LOCAL DO FATO: Alvorada/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.001.103/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: Apurar eventual negligência praticada pela empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A no que tange à questão de saúde de seus funcionários em razão do coronavírus. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaíba. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00806.000.603/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), nos seis municípios que compõem a Comarca de Marau. INVESTIGADO(S): Município de Camargo, Município de Vila Maria, Prefeitura Municipal de Gentil, Município de Nicolau Vergueiro, Município de Nova Alvorada, MUNICÍPIO DE MARAU. LOCAL DO FATO: Comarca de Marau. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.171/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA:

Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: 3º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: verificar/apurar eventuais irregularidades na prestação do serviço de acolhimento e no atendimento de idosos na ILPI Residencial Amizade (Projeto Institucional de Fiscalização de Idosos em ILPI). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.173/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: 3º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: verificar/apurar eventuais irregularidades na prestação do serviço de acolhimento e no atendimento de idosos na ILPI Nossa Senhora da Luz (Projeto Institucional de Fiscalização de Idosos em ILPI). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00855.000.203/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rio Pardo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Christine Mendes Ribeiro Grehs. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo. OBJETO: Visa fiscalizar as atividades do Residencial Nossa Senhora Aparecida (filial Rua da Ladeira). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Pardo. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de Julho de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 255/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.003.129/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Dossena Lopes dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: apurar a regularidade do funcionamento da Instituição de Longa Permanência de Idosos denominada Lar Pôr do Sol - I. INVESTIGADO(S): Lar Pôr do Sol I. LOCAL DO FATO: Canoas. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS



HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01506.000.201/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Dossena Lopes dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Documento Protocolado Referente a formulário enviado via internet. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canoas. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.034/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: Apurar denúncia de inexistência de plantão médico de urgência, entre os horários de 21h e 08h, diariamente, e nos finais de semana e feriados; além da falta de atendimento pediátrico nos períodos mencionados, no Município de Mato Castelhanos. INVESTIGADO(S): Município de Mato Castelhanos. LOCAL DO FATO: Município de Mato Castelhanos. Obs.: trata-se de conversão de procedimento, visando à migração do sistema SGP para o sistema SIM. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.170/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: PA para acompanhamento da Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo/RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01623.000.392/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Brenner de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades relativas ao Convênio n. 46/2015, celebrado entre a extinta Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul FUNDERGS, e a Federação Gaúcha de Jogos Adaptados para Idosos FGJAI, para a execução dos 17ºs Jogos de Integração de Pessoas Idosas do RS (Edital n. 10/2015), tendo em vista os fatos averiguados pela Secretaria Estadual do Esporte e Lazer a partir dos processos administrativos SPI n.s. 12442347/15-8 e 0015-234716-0. INVESTIGADO(S): Federação Gaúcha de Jogos Adaptados para Idosos. LOCAL DO FATO: Rio Grande do Sul. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de Julho de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 256/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.212/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: PA para acompanhamento do Residencial Terapêutico João Paulo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo/RS. Observação: migração o Procedimento Administrativo do SGP para o SIM. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.002.269/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: PA para acompanhamento do JVS Centro Terapêutico. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo/RS. Obs.: migração do procedimento administrativo permanente de acompanhamento do SGP para o SIM. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01654.000.423/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: apurar a fiscalização dos estabelecimentos e eventos em face das restrições impostas pelos Decretos do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Igrejinha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Igrejinha - RS. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de Julho de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.